



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Chico Vigilante



**INDICAÇÃO Nº**  
**(Do Sr. Deputado Chico Vigilante)**

**IND 13238 /2013**

**L I D O**  
Em, 10.10.13  
[Assinatura]  
Assessoria de Plenário

**Sugere ao Governador do Distrito Federal providências urgentes decorrentes da responsabilidade do Distrito Federal com relação ao acidente que vitimou a menor Geovana Moraes Oliveira.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal as providências necessárias decorrentes da responsabilidade do Distrito Federal no acidente que acarretou a morte da menor Geovana Moraes Oliveira, 6 anos, em 8 de outubro do corrente ano, com o pagamento da indenização correspondente e pensão devida, na forma da lei.

## JUSTIFICAÇÃO

Por volta das 18h30 de terça-feira (8/10), um ônibus escolar quebrou próximo ao viaduto da EQNN 5/7, em Ceilândia, quando chovia forte na região. A falta de escoamento na rua fez com que a água invadissem rapidamente o ônibus, levando pânico aos 20 estudantes. A tragédia que tirou a vida de Geovana Moraes Oliveira, 6 anos.

O Distrito Federal deve assumir a responsabilidade que lhe cabe. A providência requerida é coerente com o artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, que prevê a responsabilização do Estado, estipula os sujeitos ativos e passivos, além do direito de regresso nos casos previstos. Existe, ainda, previsão para a responsabilização também no Código Civil, no artigo 43. Segundo esses artigos, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos atos de seus agentes - desde que exercidas em suas funções ou a pretexto de exercê-las.

O fato trágico excedeu em muito o sentido de mero aborrecimento e marcará profundamente a vida dessa família. Estamos diante de uma lesão a direito, no caso a integridade física e moral das crianças, prevista no artigo 5º, inciso XLVII, de nossa Constituição.

A indenização por perdas e danos e a pensão devem ser pagas integralmente à família da vítima, embora saibamos que valor algum é capaz de compensar o sofrimento e a dor da família lesada. Elas são devidas, na linha do entendimento dos tribunais e, principalmente, considerando a responsabilidade e ética que professamos em nosso governo.

Sala das Sessões, em

Setor Protocolo Legislativo  
**IND Nº 13238/ 13**  
Folha Nº 01 BIA

**Deputado Chico Vigilante – PT**



# **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição



Ao Protocolo Legislativo, para registro, e, em seguida, ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito, na CDDHCEDP (art. 67, V, "a", do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal).

Brasília-DF, 11/10/2013.

FELIPE TRICHES  
Consultor Legislativo  
Matrícula nº 16.786

Setor Protocolo Legislativo  
IND Nº 13238/ 13  
Folha Nº 02 BIA